



EDUCANDO CRIANÇAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA REVISÃO DOS ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 2021 a 2025 NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

Gabriela Conceição Muniz ¹

Tamiles Batista Messias ²

Leonardo dos Santos Vaz ³

RESUMO

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no contexto da educação infantil desempenha um papel fundamental na luta pela superação do racismo estrutural, uma vez que é nessa fase da vida que se constitui uma parte essencial da identidade e da subjetividade do ser humano. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo realizar um levantamento dos trabalhos obtidos no portal de periódicos da CAPES, publicados no período de 2021 a 2025, que abordam a temática da educação para as relações étnico-raciais na educação infantil, investigando o que pensam os pesquisadores e quais foram os principais resultados obtidos ao longo do período. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, do tipo revisão bibliográfica (estado da arte), que teve como corpus analítico 18 artigos obtidos a partir do descritor “educação para as relações étnico-raciais na educação infantil”. O estudo fundamenta-se teoricamente nas contribuições de Djamila Ribeiro e Abdias do Nascimento, no que se refere às discussões sobre identidade negra e racismo estrutural; e, no campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais, baseia-se nos trabalhos de Nilma Lino Gomes e nos documentos oficiais da educação. Para a análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin. As análises documentais apontaram que, embora as ERER estejam presentes nos documentos oficiais, a implementação da Lei nº 10.639/03 está condicionada à formação de educadores para o atendimento à ERER. As pesquisas exploratórias com professores da educação infantil indicaram baixa literacia desses educadores nesse campo. Já os ensaios teóricos, relatos de experiência e narrativas autobiográficas apresentaram muitas potencialidades para a implementação da ERER no campo das artes, sobretudo na literatura infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil, Educação Para as Relações Étnico-Raciais, Educação Antirracista, Lei nº 10.639/03, Formação de Professores.

¹Graduada pelo Curso de Pedagogia do Centro Universitário Maurício de Nassau - (UNINASSAU) - BA, gabriela.muniz222@gmail.com;

²Graduada pelo Curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - BA, tamimessias@gmail.com;

³Graduando do Curso de Licenciatura em Física da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - BA, lsvaz.fisica@gmail.com;





INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as discussões sobre as relações etno raciais têm ganhado centralidade no debate público brasileiro como evidenciado por ações governamentais como as promovidas pelo Ministério da Igualdade Racial (BRASIL, 2024a, 2024b). Resultado de um longo processo de formação política e luta dos movimentos sociais a lei 10639/03 tem sido um importante instrumento para formação de uma consciência crítica sobre os problemas estruturais enfrentados pelas populações afro brasileiras, elemento fundamental do combate às desigualdades sistêmicas que em nosso país tem uma conhecida associação com questão racial.

De acordo com os resultados do Censo 2022, pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população brasileira (45,3%) se declarou como parda; o equivalente a cerca de 92,1 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Esses resultados indicam que a população brasileira tem despertado para a sua própria identidade racial, uma vez que cada vez mais as pessoas sentem-se confortáveis para assumir a sua própria identidade.

A educação infantil é uma prática intencional voltada ao desenvolvimento integral das crianças, que considera aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, atuando com a família e em integração com a comunidade, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, com capacidade de construir significados e culturas desde o nascimento (OLIVEIRA, 2013).

No que se refere a educação para as relações etno-raciais, Gomes (2002) afirma que, a educação para as relações étnico-raciais é o processo pedagógico, político e social que busca superar o racismo estrutural, desconstruir estereótipos e valorizar positivamente a identidade negra e outras identidades étnico-raciais historicamente marginalizadas (RIBEIRO, 2017). Deste modo, educar crianças para as relações etno-raciais é investir em um futuro de superação do racismo estrutural através de uma transformação cultural.

Considerando a importância da construção de uma identidade negra potente capaz de compreender o mundo a agir sobre ele, bem como a importância da educação infantil nesse processo, essa pesquisa se justifica pela necessidade de investigar, por meio da análise de publicações sobre como o tema das relações etno-raciais tem sido implementado na educação infantil e como pesquisadores da área de educação tem abordado o assunto nos últimos cinco anos em suas pesquisas. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é: Analisar como a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil tem sido abordada nas produções científicas publicadas entre 2021 e 2025 nos periódicos indexados no



Portal de Periódicos da CAPES e quais as perspectivas para a educação infantil no contexto das relações étnico-raciais.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, tendo como principal procedimento a análise bibliográfica a partir de artigos científicos publicados (COSTA e COSTA, 2017). A busca pelos materiais foi realizada exclusivamente no Portal de Periódicos da CAPES, considerando apenas artigos publicados no período de 2021 a 2025, com recorte temático específico sobre “**Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil**”. A escolha dessa delimitação temporal tem por objetivo, analisar produções científicas mais recentes. Já o descritor específico nos permite concentrar nos estudos estritamente relacionados ao contexto da educação infantil. O processo de seleção seguirá os seguintes critérios:

- **Critérios de inclusão:**

Artigos publicados entre 2021 e 2025, disponíveis no Portal CAPES, que abordem de forma direta a temática da educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil.

- **Critérios de exclusão:**

Artigos que tratem da temática (ERER) em outros níveis de ensino (Ensino Fundamental, Médio, Superior) ou que não tenham o foco central na Educação Infantil e nas Relações Étnico-Raciais.

Para a etapa de coleta dos dados, utilizamos descritores mais amplos relacionados ao tema específico delimitado nessa metodologia a fim de investigar a quantidade de artigos publicados com temática relacionada à educação para as “Relações Étnico-Raciais, e “Educação Infantil” para posteriormente realizar a busca com o descritor: Educação para as relações étnico raciais na Educação Infantil. Desta forma, além de atender a análise do conteúdo relacionado ao recorte específico, é possível também fazer uma análise quantitativa de artigos com temas correlatos traçando um panorama geral.

Para o descritor: “Educação para as relações Étnico-Raciais na Educação Infantil” encontramos 18 artigos nacionais, revisados por pares em língua portuguesa. Estes artigos foram analisados.

Tabela 1: resultados para o descritor: “Educação para as relações étnico raciais na educação infantil”.

Ano de publicação	2021	2022	2023	2024	2025
Trabalhos Publicados	5	5	3	1	0





Fonte: dados de pesquisa

IX Seminário Nacional do PIBID

Afim de compreender de maneira mais global o conjunto de dados com o qual lidamos, pesquisamos também com os seguintes descritores:

- Educação Infantil
- Educação para as Relações Étnico-Raciais

Tabela 2: resultados para o descritores complementares

Descritor	Trabalhos Publicados
Educação para as relações Étnico-Raciais	87
Educação Infantil	916

Fonte: dados de pesquisa

Os dados demonstraram que o recorte específico representa 16% dos trabalhos relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais e 1,53% dos trabalhos sobre Educação Infantil obtidos no portal de periódicos da CAPES no período de 2021 a 2025.

Considerando o recorte específico, bem com a quantidade reduzida de artigos encontrados no período, selecionamos todos os 18 artigos para análise conforme consta na tabela 3:

Tabela 3: artigos selecionados para a análise

Ano de Publicação	Título
2021	A. Contribuições do Maracatu de Baque Virado na Educação Antirracista
	B. Educação para as Relações Étnico-Raciais: concepções e práticas dos/as docentes da Educação Infantil
	C. Educação para as relações Étnico-Raciais na Educação Infantil: a história de Sophia
	D. A contribuição da literatura infantil no processo de construção da identidade Étnico-Racial na Educação Infantil
	E. Cor da diferença
	F. Que fim levaram todas as cores?
2022	G. O balanço de uma década da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil na produção acadêmica brasileira
	H. As políticas curriculares BNCC e BNC: formação no contexto da educação infantil: reflexos para a educação das relações étnico-raciais
	I. A literatura infantil com protagonismo negro: uma análise de sequências didáticas para uma educação antirracista
	J. Educação das relações Étnico-Raciais na formação docente: o curso de Pedagogia da UFC em foco
	K. Qual o lugar das relações Étnico-Raciais na Base Nacional Comum Curricular?
	L. Educação e relações Étnico-Raciais para e com bebês e crianças pequenas
2023	M. Educação Infantil, Relações Étnico-Raciais e Ensino de Ciências Naturais
	N. A criança negra e os documentos publicados pelo Ministério da Educação no período de 1960 a 2000
	O. A escuta na pesquisa-ação: entrelaçando brincar e educação para as relações Étnico-Raciais
	P. Extensão universitária: experiências da PUC/GOIÁS e SME de Goiânia na formação continuada para a implementação da Lei Federal nº 11.645/2008
2024	Q. Educação das relações Étnico-Raciais na Educação Infantil: as artes de fazer docente
	R. A educação para as relações Étnico-Raciais e a Educação Infantil: o que diz a legislação brasileira



Esses artigos compõem o corpus analítico deste estudo, organizamos os artigos em um quadro síntese para facilitar a análise do conteúdo. Os dados foram organizados nas seguintes colunas: **Título, Autores, Objetivo, Corpus Analítico, Resultados, Síntese, Tipo de Pesquisa, Subcategoria**. Julgou-se necessária a inclusão desta última coluna uma vez que, alguns trabalhos embora apresentem pesquisa do mesmo tipo, a natureza do corpus analítico e os instrumentos de coleta de dados justificam a inclusão de subcategorias.

Após a organização dos dados, o tratamento dos dados segue os princípios da **análise de conteúdo**, conforme Bardin (2016) e Minayo (2001), buscando identificar categorias temáticas que emergem da leitura crítica dos textos obtendo assim os resultados e reflexões de cada estudo do corpus analítico. Nos resultados e discussão optou-se por apresentar reflexões sobre as principais discussões identificadas nos artigos de modo que, embora as categorias apareçam de maneira transversal, a escrita não esteja submetida a uma estrutura linear.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em um passado recente, era relativamente comum a associação das identidades negras com características negativas sendo comum a relativização da negritude dos sujeitos. Nesse contexto, situações que hoje são consideradas absurdas como racismo recreativo na TV aberta, ou mesmo reações racistas violentas explícitas eram comuns e sobretudo, toleradas socialmente. Passados 4 décadas da promulgação da constituição cidadã de 1988 que estabelece que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" (BRASIL, 1988, Art. 5º, XLII) é possível identificar avanços muito embora, as pesquisas sociais e da área de educação apontam que estamos muito longe do que se pode considerar uma sociedade justa e igualitária (ALMEIDA, 2019; RIBEIRO, 2019).

Mas afinal, **como, em um país de maioria negra, o racismo estrutural é tão persistente?** Conhecendo um pouco a história do nosso país, não é difícil compreender as razões. Portugal, um país de população reduzida frente ao desafio da colonização em uma terra densamente povoada por povos indígenas, recorreu ao tráfico transatlântico, sem o qual seria muito difícil manter a empreitada colonial. Esse processo histórico de escravização e dominação racial deixou marcas profundas e duradouras na formação social e psicológica da população negra brasileira (DIOP, 1974; PONTES, 2017; ALMEIDA, 2019).

Como não é possível apagar o passado, é preciso pensar soluções para o futuro, e grande parte dessas soluções perpassam pela educação. Nesse contexto, a promulgação da Lei 10.639/03 que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira





nas escolas de educação básica contribui de maneira positiva nesse processo, muito embora, conforme apontam os estudos consultados nessa pesquisa, há muito o que se avançar.

De acordo com Nascimento (2016) a escola brasileira é racista, uma vez que aliena a criança negra, levando-a a recusar seus próprios valores, sua história, sua cultura. Este processo é parte integrante da estratégia do genocídio do negro no Brasil. O autor argumenta que “A educação no Brasil se estrutura sobre uma ideologia de democracia racial que, na prática, nega ao negro o direito de conhecer sua própria realidade e história.” (Nascimento, 2016, p.92).

Nesse contexto, de acordo com Borges (2019) “A educação sempre foi negada à população negra. Quando permitida, foi marcada por apagamentos históricos e silenciamentos sobre as contribuições negras na formação do Brasil.” (BORGES, 2019, p. 45) o que vai ao encontro do estudo realizado por Oliveira e Nogueira (2023) que aponta que, a criança negra, não é citada nos documentos oficiais do MEC antes de 1998. Nesse sentido, para superar essa realidade, mudar a estrutura da escola é um imperativo existencial, é preciso reconstruir a educação para incluir a verdadeira história do negro no Brasil (NASCIMENTO, 2016).

Para além do contexto da educação, conforme aponta Djamila Ribeiro (2017) as consequências do racismo extrapolam o espaço escolar, de acordo com a autora, “O racismo é estrutural porque está presente nas instituições e nas formas de organização da sociedade, afetando diretamente as oportunidades e a qualidade de vida da população negra.” (RIBEIRO, 2017, p. 24). Ribeiro (2017) também problematiza a negação do acesso à produção de conhecimento, de acordo com a autora, as epistemologias negras foram silenciadas, e esse silenciamento teve consequências devastadoras, pois não é apenas uma questão de identidade, mas de acesso ao conhecimento, ao reconhecimento e à dignidade (RIBEIRO, 2017).

Deste modo considerando que a educação infantil é uma etapa fundamental do desenvolvimento do ser humano, e partir das reflexões de autoras e autores negros, consideramos de fundamental importância investigar o que dizem as pesquisas sobre a educação para as relações étnico raciais, em especial, o que tem sido ensinado para as crianças no que tange a educação para as relações étnico-raciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos do corpus analítico foi realizada de acordo com 5 categorias temáticas: **documentos oficiais e políticas públicas; formação docente para a ERE;** **práticas pedagógicas e experiências em sala; literatura infantil e linguagens artísticas; e lacunas e desafios estruturais.**





As **análises documentais** tiveram como foco principal a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), a Lei nº 10.639/03. Em menor grau, a LDB 1996, o PNE, o parecer nº 03/2004 e a BNC-Formação. O estudo realizado por Oliveira e Nogueira (2023) vai um pouco mais além, analisando os documentos do MEC de 1960 a 2000 constatando que não há referências a criança negra antes de 1998 com a publicação dos documentos: Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil, volumes I e II.

Os resultados destes trabalhos convergem para o seguinte apontamento: Embora a EREER conste dos documentos oficiais da educação atualmente vigentes, ainda há um longo caminho para que a Educação para as Relações Étnico Raciais sejam de fato implementadas na educação infantil que perpassa principalmente pela formação de professores (SANTOS, 2021; TORRES, 2022; SANTANA e NOGUEIRA, 2022; SANTOS; VIEIRA; SILVA, 2022).

O relato de experiência publicado por Freitas *et al.*, (2023) que socializa a experiência do curso de extensão: Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais: Caminhos Teóricos, Experiências e Vivências, ofertado a/os profissionais da Rede Municipal de Educação de Goiânia, em parceria com a PUC/GOIÁS evidenciam o papel transformador da formação de professores para a EREER cujos resultados apontam para um fortalecimento das práticas pedagógicas antirracistas para o cumprimento da Lei 11.645/2008, ao promover reflexões sobre identidade, pertencimento e diversidade cultural entre educadores da rede municipal, por meio de uma formação dialógica, teórica e experiencial.

Os artigos também sinalizam para uma simplificação da EREER na BNCC e viés ideológico de manutenção do imaginário social hegemônico, essas percepções distorcidas da realidade ainda está presente no imaginário dos alunos da educação infantil conforme constata o estudo de Ferreira da Silva et al. (2021) ao analisar as produções artísticas de crianças da educação infantil, o que amplia o desafio de sua implementação em sala de aula, considerando a formação insuficiente dos docentes da educação infantil. O que vai ao encontro do trabalho de Ramallete e Sten (2021) faz uma análise dos livros do programa governamental “Conta pra mim” lançado em 2019 que endossa a percepção do currículo oculto na BNCC e nos livros do programa governamental analisado.

Nessa perspectiva, é importante destacar que o relato de experiência publicado por Raimundo e Terra (2021) mostrou que, uma prática educativa pautada na EREER promoveu mudanças significativas no comportamento e na percepção das crianças negras da Educação Infantil em relação à sua identidade racial. Observou-se o fortalecimento da autoestima,





especialmente em relação à valorização dos cabelos crespos e ao reconhecimento da negritude, como no episódio em que a aluna Sophia descobre sua identidade racial com orgulho (RAIMUNDO e TERRA, 2021).

Ainda em relação aos documentos oficiais, há um trabalho de revisão bibliográfica que faz um balanço de uma década de publicação das DCNEIs que faz uma observação pertinente: As publicações concentram-se mais em reflexões teóricas acerca da compreensão de currículo em sua episteme, perpassando por teorias, concepções e conceitos que o compõem, abordando muito pouco sobre como esse currículo pode ser efetivado na prática nas escolas (Costa e Cruz, 2021).

A emergência da formação de professores no atendimento a EREER evidenciada nos trabalhos de análise documental converge com o que afirma as duas pesquisas exploratórias. De acordo com Alves *et al.* (2021) os professores pesquisados apresentam uma significativa fragilidade conceitual no que tange a EREER. Já o estudo de Silva e Cruz (2022) revelou que os alunos consideram insuficiente a participação da EREER no currículo do seu curso, e que falta representatividade no quadro docente.

Nesse sentido, de acordo com Rosa Dias, Reis e Damião (2022) Educação para as Relações Étnico-Raciais deve começar na creche, com a valorização da cultura afro-brasileira por meio de práticas lúdicas e afetivas. Uma vez que o racismo estrutural também afeta bebês e crianças pequenas, e isso ocorre num contexto de negligência na formação docente quanto à EREER. O estudo reforça a percepção de que currículos e ambientes escolares que ainda reproduzem a branquitude ainda são a norma. As autoras também criticam a sobrecarga das mulheres negras na tarefa de promover uma educação antirracista para bebês e crianças pequenas, elas argumentam que este deve ser um compromisso coletivo. Por fim, as autoras apontam que a EREER não deve se limitar a apenas discutir racismo, mas deve propor experiências positivas de identidade e pertencimento (ROSA DIAS, REIS e DAMIÃO, 2022).

Os trabalhos categorizados como: Pesquisa-Ação, Relato de experiência e as pesquisas de base etnográfica concordam com os demais trabalhos analisados quando afirmam que, há muito o que se avançar na implementação da Lei 10.693/03 e na EREER em geral, porém além captar nuances que a análise documental difíceis de captar na análise documental. apresentam algumas soluções para a implementação da EREER em sala de aula, além de explorar nuances que a pesquisa documental não é capaz de atender.

Deste modo, de acordo com Bolzan e Mello (2023) a prática pedagógica na Educação Infantil voltada para a EREER demanda que professoras se reconheçam como produtoras culturais e revisitem criticamente suas ações, promovendo uma formação ética, democrática e





antirracista que valorize a diversidade desde a infância, o que dialoga com as conclusões de Alves e Nogueira (2023) quando afirmam que o enfrentamento ao racismo na infância deve ocorrer de forma ativa, cotidiana e afetiva, sendo o espaço escolar um dos principais territórios de intervenção. As autoras reforçam que a escuta das crianças, quando feita de maneira ética, estética e engajada, permite reconhecer e transformar práticas simbólicas de exclusão presentes nas brincadeiras e nos discursos infantis (ALVES e NOGUEIRA, 2023).

Já o estudo de Barbosa e Rostas (2022) aponta que o trabalho com a literatura com protagonismo negro pode ser um desafio para os docentes, tendo em vista o enraizamento do racismo estrutural no ambiente escolar, no entanto, essa prática pedagógica mostrou-se promissora na efetivação da Lei nº 10.639/03.

A potencialidades da literatura infantil como recurso didático na educação de crianças para a relações etnico raciais também são discutidas no **estudo teórico** conduzido por Adorno e Souza (2021) quando afirmam que, a literatura Infantil vinculada ao discurso das diferenças, da diversidade e da valorização das relações étnico-raciais é uma importante ferramenta para o desenvolvimento e formação social da criança, representando um potente instrumento de desconstrução de estereótipos, combatendo o preconceito e a discriminação, o que dialoga com o que afirma Ribeiro (2016) a autora afirma que quando uma criança negra não se vê representada de maneira positiva nos livros, nos professores ou nas histórias que são contadas, ela aprende que seu lugar não é aquele da produção do saber.

Para além da literatura infantil, outras linguagens artísticas como o teatro e as artes visuais, mediados pela docência artista, podem provocar reflexões sobre identidade negra, representatividade e resistência no espaço escolar conforme aponta o estudo teórico de Ferreira da Silva et al. (2021) o que dialoga com a pesquisa realizada por Távora Julio (2021) indica que as práticas culturais realizadas em comunidade cumprem papel formativo no que tange a educação para as relações etnico-raciais, em contraste com a educação formal que ainda reproduz discursos hegemônicos da branquitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, conforme se pode conferir nas reflexões do tópico anterior, em termos de recorrência, destacam-se principalmente as categorias **documentos oficiais e políticas públicas e formação docente para a EREER**, também emergiram, de forma expressiva, as **lacunas e desafios estruturais**, associados ao currículo oculto e à reprodução da branquitude. As categorias **práticas pedagógicas e literatura/linguagens artísticas**, embora menos frequentes apontam caminhos promissores para implementação das EREER e superação do racismo extrutural na Educação Infantil.





Em linhas gerais, os estudos que compõem o nosso corpus analítico concordam em muitos pontos, sobretudo no que se refere aos avanços proporcionados pela lei 10.693/03 e a inclusão das EREER nos documentos oficiais que versam sobre a educação infantil como a BNCC e as DCNEI. No entanto, problematizam a baixa literacia de muitos professores da educação infantil no que tange a EREER bem como, enfatizam a necessidade de formação de professores para que de fato possa implementar a lei 10.639/03 na educação infantil.

Outro ponto que podemos destacar, é a percepção de muitos pesquisadores de que a BNCC apresenta a EREER de maneira superficial, apontando para uma intencionalidade relacionada à manutenção do imaginário social hegemônico, pautado no racismo estrutural.

Em suma, os artigos analisados neste estudo reconhecem avanços, mas criticam retrocessos, discutem os pontos problemáticos dos documentos oficiais, da formação de professores para a EREER e o próprio racismo estrutural ainda persistente em nossa sociedade. No entanto, também trazem soluções para a superação destes desafios sobretudo na instrumentalização da arte, da escuta do respeito ao mundo da criança como caminhos para a superação do racismo através da educação infantil fundamentada nos referenciais teóricos da Educação para as Relações Étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA COSTA, S.; COSTA DE ANDRADE CRUZ, R. O balanço de uma década da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil na produção acadêmica brasileira. *Revista Exitus*, Santarém, v. 11, n. 1, p. e020178, 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVES, Simone Silva et al. Educação para as Relações Étnico-Raciais: concepções e práticas dos/as docentes da Educação Infantil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e12810313141-e12810313141, 2021.

Alves, L. P., & Nogueira, R. (2023). A escuta na pesquisa-ação: entrelaçando brincar e educação para as relações étnico-raciais. **Revista Diálogo Educacional**, 23(76).

BARBOSA, Amanda Basílio; ROSTAS, Márcia Helena Sauer Guimaraes. Children's literature with black protagonism: an analysis of teaching sequences for an anti-racist education. *Revista Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 14, p. e335111436420, 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOLZAN, Érica; DA SILVA MELLO, André. Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: as artes de fazer docente. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 8, p. e15785-e15785, 2023.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.





BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Ministério busca colocar desigualdade racial na discussão das políticas públicas**. Câmara dos Deputados, 28 maio 2024a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1172704-ministerio-busca-colocar-desigualdade-racial-na-discussao-das-politicas-publicas/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Webinário debate educação para as relações étnico-raciais**. Brasília: MEC, 28 maio 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/webinario-debate-educacao-para-as-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

DE FREITAS, Fátima Regina Almeida et al. Extensão universitária: experiências da PUC/GOIÁS e SME de Goiânia na formação continuada para a implementação da Lei Federal nº 11.645/2008. **Revista Ñanduty**, v. 11, n. 18, p. 122-143, 2023.

DEJANE SILVA DE OLIVEIRA, A.; FERNANDES SANTOS NOGUEIRA, A. A criança negra e os documentos publicados pelo Ministério da Educação no período de 1960 a 2000. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 104, p. e5413, 18 abr. 2023.

DIAS, Lucimar Rosa; GONÇALVES REIS, Maria Clareth; DAMIÃO, Flávia de Jesus. Educação e relações étnico-raciais para e com bebês e crianças pequenas. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 14, n. Esp, p. 468–491, 2022.

DIOP, Cheikh Anta. A origem africana da civilização: mito ou realidade? 1974.

DOS SANTOS, Denise Carvalho; ADORNO, Soraya Mendes Rodrigues; SOUZA, Izanete Marques. A contribuição da literatura infantil no processo de construção da identidade étnico-racial na educação infantil. *ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 280–296, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, n. 1, p. 38-47, 2002.

IBGE. Cor ou raça. *Educa IBGE*, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 29 jun. 2025.]

JULIO, Michele Távora. Contribuições do Maracatu de Baque Virado na Educação Antirracista. *Revista Sustinere*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 160–183, 2021.





MINAYO, Maria Cecília de Souza. Técnica de análise de conteúdo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 67-80.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PASSOS RAMALHETE, M.; DA COSTA STEN, S. Que fim levaram todas as cores? As imagens que uma política pública conta para nós. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 30, n. 62, p. 152–166, 2021.

PONTES, Katiúscia Ribeiro. Kemet, Escolas e Arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a Lei 10.639/03. 2017.

RAIMUNDO, Alessandra Cristina; TERRA, Dinah Vasconcellos. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A HISTÓRIA DE SOPHIA. Movimento, [S. l.], v. 27, p. e27018, 2021.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

SANTOS, Joedson Brito dos; VIEIRA, Emilia Peixoto; SILVA, Tarcia Regina. As políticas curriculares BNCC e BNC - formação no contexto da educação infantil: reflexos para a educação das relações étnico-raciais. Debates em Educação, [S. l.], v. 14, n. Esp, p. 86–108, 2022.

SILVA, Gislaine de Fátima Ferreira; ALVARENGA ALMEIDA, Breno; PINTO GONÇALVES DOS REIS, Fabio; MARIA RIBEIRO, Cláudia. A COR DA DIFERENÇA: TENSÕES E REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS QUE EMERGEM DO FAZER ARTÍSTICO. Diversidade e Educação, [S. l.], v. 9, n. Especial, p. 257–286, 2024.

SILVA, Bárbara Rainara Maia; CRUZ, Silvia Helena Vieira. Educação das relações étnico-raciais na formação docente: o curso de pedagogia da UFC em foco. Debates em Educação, [S. l.], v. 14, n. Esp, p. 492–516, 2022.

SANTOS, Karla de Oliveira. Qual o lugar das relações étnico-raciais na base nacional comum curricular?. EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 60, p. e21730, 2022.

Souza Almeida Santana, C., & Ione da Silva Cunha Nogueira. (2024). A educação para as relações étnico-raciais e a educação infantil: o que diz a legislação brasileira. *Devir Educação*, 8(1), e-709.

TORRES, V. R. Educação Infantil, Relações Étnico-Raciais e Ensino de Ciências Naturais. Cadernos do GPOSSHE On-line, [S. l.], v. 6, n. 2, 2022.

